

## Transporte, Relações de Poder, Territorialidade Econômica: produção sojifera e o (re)ordenamento territorial no eixo viário BR-163 – Mato Grosso/Brasil<sup>1</sup>

Não é novidade que a Amazônia é “qualificada” como reserva de valor para o Estado e para a política internacional atualmente. Todavia, essa valorização se dá de maneira distinta entre os diversos atores e agentes sociais presentes nesse recorte regional em virtude de práticas socioespaciais diferenciadas. Essa imensa área é o tema da discussão nos dias de hoje acerca das políticas desenvolvimentistas - tendo como carro-chefe as produções econômicas para a obtenção do etanol, pecuária e a soja, além da exploração madeireira – e as políticas preservacionistas e conservacionistas em relação aos ecossistemas e aos grupos socialmente territorializados que aí se fazem presentes.

Novas práticas socioespaciais já se faziam desde o final da década de 70 e início da de 80, na porção meridional da Amazônia brasileira, precisamente na porção norte do estado do Mato Grosso. Era a “abertura” de terras a serem ocupadas por migrantes de outras macrorregiões brasileiras com o aval do Estado através de colonizadoras privadas. Mas, a partir da década de 90, nota-se a expansão dessas atividades e de práticas que reúnem características de um novo “front” com características próprias. Não uma fronteira agrícola nos moldes já descritos por Pierre Monbeig ou Leo Waibel para outros espaços e tempos do território nacional. Esse novo “front” é moderno, pois possui práticas socioespaciais que têm como denominador comum o alto grau de densidade tecnológica em suas atividades econômicas assim como nos objetos geográficos.

Júlia Adão Bernardes, uma das geógrafas que tem se dedicado de maneira competente à recente geografia agrária do interior do país, argumenta que essas áreas são reconstruídas sob os alicerces da técnica, latifúndio e forte sinergia entre as atividades modernas da cadeia carne - grãos (1996, 2006). A demanda internacional pela soja é crescente e a produtividade elevada é garantida pela incorporação de ciência e tecnologias no processo produtivo. Nesse momento, não é o nosso intuito discutir o significado atual de fronteira na realidade socioespacial brasileira, mas verificar a correlação entre os atores e agentes sociais envolvidos no eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Acreditamos que compreender a trama de forças que desejam a pavimentação da BR-163 em nome do crescimento econômico (leia-se expansão do padrão dos meios técnicos e das forças produtivas que constitui a agropecuária moderna regional em direção aos ecossistemas amazônicos), e aquelas que percebem de maneira cética essa forma de desenvolvimento possa contribuir com as políticas públicas a serem implementadas na área de estudo.

### **A expansão da atividade sojifera no território nacional.**

Foi no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em São Paulo, o primeiro programa integrado de pesquisa para adaptação de sementes de soja (variedades) provenientes dos Estados Unidos, na década de 50, do século passado. Embora não

---

<sup>1</sup> Pesquisador (discente autor) do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto do Departamento de Geografia e Meio Ambiente (quadro complementar) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisador (colaborador) do grupo de pesquisa sobre Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro (GeTERJ/PUC-Rio).

tenha sido o início desse cultivar em território brasileiro, verifica-se que a sua expansão foi na década seguinte e concentrada nos estados meridionais.

Dentre os fatores que explicam sua existência no território brasileiro, podemos citar:

- a) similaridade climática e dos solos entre as áreas receptoras dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná como aquele predominante nas áreas destinadas a esse plantio no território estadunidense, o que favoreceu o êxito na transferência e adoção de variedades e outras tecnologias de produção;
- b) incentivos fiscais disponibilizados aos produtores de trigo nos anos 50, 60 e 70 beneficiaram igualmente a cultura da soja, que utiliza, no verão, a mesma área, mão de obra e maquinaria do trigo cultivado no inverno;
- c) preços bastante convidativos, principalmente em meados da década de 70, em resposta à quebra da safra de grãos russa e chinesa, assim com da pesca da anchova no Peru, cuja farinha era largamente utilizada como componente proteínico na fabricação de rações para animais;
- d) comprovações científicas sobre os malefícios à saúde provocados pelo consumo elevado de alimentos gordurosos, logo a substituição das gorduras animais por óleos vegetais tornou-se parte da dieta de um grande número de consumidores.

Sem embargo, há de considerar que as razões dessa produção não estão vinculadas diretamente à priorização da sojicultura na política agrícola nacional e que as circunstâncias “positivas” no mercado internacional não foram suficientes para alavancá-la no cenário agropecuário brasileiro. Nesse momento, podemos dizer que a sojicultura foi funcional principalmente em relação à nossa produção de trigo.

Altera-se essa situação a partir de meados dos anos 70 em virtude da política deliberada do Estado brasileiro em financiar produções econômicas exportáveis e de ocupação do interior do território por razões geopolíticas (considerado “espaço vazio”). A articulação das Grandes Regiões Centro-Oeste e Norte ao Sudeste e por extensão à economia mundial era uma condição, em uma clara evidência para financiar o nosso crescimento econômico.

No caso da produção de soja, embora não fosse parte da dieta dos brasileiros, a demanda no mercado mundial em ascensão exigia uma maior oferta do produto havendo a possibilidade de abastecer esse mercado no período da entressafra norte-americana. Embora a maior parte do território brasileiro se situe no hemisfério sul e o cultivo e a colheita de soja serem realizadas durante os meses de primavera e verão, a produção dessa oleaginosa encontraria um grande obstáculo natural em decorrência das áreas “disponibilizadas” serem de solo e climas adversos ao seu plantio.

Nesse sentido, técnicas foram elaboradas e desenvolvidas por algumas instituições públicas e privadas. De todas as iniciativas para incrementar e fortalecer a pesquisa com soja no país implementadas a partir dessa época merece destaque a criação da Embrapa<sup>2</sup> Soja em 1975, que patrocinaria, já a partir do ano seguinte, a instituição do Programa Nacional de Pesquisa de Soja, cujo propósito foi o de integrar e potencializar os

---

<sup>2</sup> A Embrapa é uma empresa pública, instituída com fundamento na lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, voltada à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o espaço rural brasileiro com ênfase no agronegócio (Estatuto Embrapa).

isolados esforços de pesquisa com a cultura espalhados pelos estados meridionais e do Sudeste. Além do programa de pesquisa da Embrapa Soja, localizado no Paraná, outros programas de pesquisa com a cultura estabeleceram-se nessa mesma década pelo Brasil afora: Universidade Federal de Viçosa e Epamig, em Minas Gerais; Emgopa, em Goiás; Embrapa Cerrados, no Distrito Federal; Coodetec, Indusem e FT-Sementes, no Paraná; Fundacep, no RS, e Embrapa Agropecuária Oeste e Empaer, no Mato Grosso do Sul. Além de novos programas oficiais, programas já existentes na Embrapa Trigo e Secretaria da Agricultura, no RS e IAC, em SP, foram fortalecidos. Com o advento da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, novos programas de pesquisa privados estabeleceram-se no País, dentre os quais merecem destaque os da Monsoy, Fundação Mato Grosso, Syngenta, Pioneer e Milênia (EMBRAPA).

No âmbito do território, as áreas que compreendem os biomas do cerrado e os da Amazônia passam a ser não apenas percebidos, mas também concebidos pela geopolítica do Estado brasileiro como uma imensa fronteira de recursos<sup>3</sup> e “espaço vazio” a ser ocupado efetivamente. Logo, a sua apropriação consiste na implantação de grandes projetos agropecuários e minerais; na constituição de infra-estruturas (econômicas) em redes nacionais, além das políticas de planejamento regional pretenderem (re)organizar espaços sub-nacionais. Dessa forma, políticas agrícolas específicas consolidaram o complexo agroindustrial (inclusive relacionados à produção sojifera) no Brasil vide o desenvolvimento do sistema de crédito rural, os subsídios diretos à tecnificação e os incentivos à exportação os quais foram os instrumentos básicos para promover a expansão das grandes empresas no setor rural. Esse processo converteu a agropecuária em condição necessária da acumulação na indústria, articulando diretamente o complexo agroindustrial em gestação ao químico e ao metal-mecânico (BECKER e EGLER, 1993; 192).

No âmbito da produção mundial, o Brasil ocupa o segundo lugar desde a década de 90 e alcançou na safra de 2006/2007 um total de 58,4 milhões de toneladas de soja. No âmbito do território brasileiro, a produção abrange vários estados da federação<sup>4</sup>. Rompendo as “barreiras” ecológicas e climáticas, seus cultivos espraiam-se pelas áreas planas das macrorregiões Centro-Oeste, Norte (Rondônia, Pará e Tocantins) e Nordeste (oeste baiano, sul do Maranhão e do Piauí), além da área tradicional, ou melhor, consolidada (os estados da Grande Região Sul e São Paulo). Vale ressaltar que participação no total produzido de cada área (consolidada e em expansão) é praticamente de 50%.

---

<sup>3</sup> Conforme Bertha Becker e Cláudio Egler, a fronteira “[...] constitui um espaço econômico, social e político não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas [...]” (1993; 202). Para José de Souza Martins (1996), essas “realidades novas” compreendem a modernização econômica (novas racionalidades) e correlatas mediações políticas e, nesse sentido, Lia Machado esclarece que “[...] é o uso de recursos técnicos modernos, a articulação com o capital privado nacional e internacional e a integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica [...]” (1992; 38).

<sup>4</sup> Na safra 2006/07, a cultura ocupou uma área de 20.687 milhões de hectares, o que totalizou uma produção de 58,4 milhões de toneladas em solo brasileiro. Os Estados Unidos, maior produtor mundial do grão, responderam pela produção de 86,77 milhões de toneladas de soja para o mesmo período. Em relação à produtividade média da soja, o Brasil registra 2.823 kg por hectares, chegando a alcançar cerca de 3.000 kg/ha no estado de Mato Grosso, aliás, esse é o maior produtor brasileiro de soja atualmente.

Em virtude da produção propriamente dita (cultivos) e as atividades ligadas ao beneficiamento e comercialização (agroindústria e serviços especializados) deslocarem-se para o interior do território, verifica-se que as distâncias tornam-se maiores entre os espaços produtivos e os espaços de consumo como as demais agroindústrias situadas no Centro-Sul do país e os portos de embarque (Paranaguá e Santos), estes, aliás, responsáveis pelo escoamento da produção em direção ao mercado externo.

O problema está posto: para os produtores e as grandes empresas que comercializam a soja centro-oeste (principalmente a mato-grossense), o custo do transporte é apontado como um dos maiores entraves para a sua eficiência econômica, acarretando perda de competitividade frente aos outros produtores, tais como os norte-americanos e argentinos<sup>5</sup>. Por conseguinte, várias propostas e alternativas de escoamento já implantadas implicam em uma nova configuração das redes de transporte em território brasileiro com vista a amenizar esses gastos. Para os grupos sociais territorializados nesse recorte regional e, sobretudo nas porções meridional e ocidental da Amazônia, organizações não-governamentais, entidades civis nacionais e internacionais em defesa dos povos da floresta amazônica, dentre outros alegam que a consolidação dessas alternativas de escoamento provoca uma imensa transformação dos ecossistemas naturais ou ainda daqueles pouco alterados pelo modelo de ocupação econômica efetivado até agora em solo brasileiro. Essas transformações são potencialmente “negativas” para esses grupos sociais aí territorializados em virtude de muitas de suas práticas econômicas dependerem dos recursos naturais<sup>6</sup>.

Nesse cenário, sob o olhar geográfico, a problemática que aqui pretendemos analisar compreende a relação entre a pavimentação do eixo de escoamento da BR-163 e o desmatamento/queimadas nas áreas do norte do Mato Grosso e sul do Pará, uma imensa área entre os ecossistemas amazônicos e do cerrado; e, em última instância, a trama de articulações envolvidas no ordenamento do território onde se constitui a denominada fronteira agropecuária moderna mato-grossense<sup>7</sup>.

### **Pavimentação da rodovia federal Cuiabá-Santarém e o desmatamento<sup>8</sup>**

A compreensão da relação em tela envolve várias razões, sobretudo no recorte territorial aqui destacado. Há trinta anos, ao longo da BR-163, na porção norte mato-grossense, as alterações dos ecossistemas, a princípio do cerrado e depois do amazônico, tiveram início com a colonização de caráter privado e com os incentivos fiscais concedidos pelo Governo brasileiro para aquisição de terras por grandes empresas. A colonização de caráter *privado* era composta pelos migrantes de outras

---

<sup>5</sup> A Argentina ocupa o terceiro lugar entre os maiores exportadores e é um considerado um dos maiores produtores de soja desde os anos 80.

<sup>6</sup> Essa relação não deve ser concebida de forma antagônica. Parece-nos que as motivações dos mais variados grupos sociais são criação e fomento de políticas públicas específicas que possam fazer com que suas práticas econômicas se insiram no mercado nacional e internacional, porém de maneira sustentável.

<sup>7</sup> Esse objetivo específico é parte de um estudo maior acerca da constituição dos espaços produtivos da soja nessa unidade da federação. Esse estudo é intitulado “Fronteiras em Mutação no Mundo da Soja: logística e biotecnologia”, sob os auspícios de Júlia Adão Bernardes, teve início em 2004 e conta com o apoio do CNPq.

<sup>8</sup> É importante esclarecermos que o desmatamento provoca uma série de alterações no tocante à emissão de carbono, ao regime de chuvas, à radiação solar, etc. cujos efeitos não necessariamente se restringem à escala local. Entendemos também que o padrão de produção dos grandes estabelecimentos que cultivam a soja também implica em modificações ambientais, como o uso das colheitadeiras diminuindo a porosidade do solo e a contaminação dos córregos, rios e lençóis freáticos por agrotóxicos.

áreas do país os quais o expressivo contingente era composto por pequenos e médios proprietários dos estados meridionais. Nesse sentido, incremento ou novas atividades econômicas como a agricultura e a pecuária e a criação de cidades passam a recriar paisagens<sup>9</sup>. O avanço sobre as áreas de mata e floresta se faz de maneira extensiva.

A agropecuária é uma das atividades de maior responsabilidade pelo desmatamento e de outros problemas ambientais verificados na área de estudo desde os anos 80 (Mesquita, 1988). O processo tradicional de abertura verificada em outras áreas do país através dos tempos, também foi empregado como prática para o desmatamento. Por intermédio da queimada, as áreas de floresta e matas são alteradas onde passa a vigorar uma nova composição vegetal por gramíneas e/ou por estrato herbáceo, tendo em vista a pecuária ou o cultivo do arroz e, posteriormente, a soja. Evidentemente que a construção do grande eixo viário BR-163 e a sua pavimentação até as proximidades do limite estadual entre Mato Grosso e o Pará foi o propulsor para que essa ocupação se efetivasse ao mesmo tempo ampliando a acessibilidade aos locais considerados longínquos em relação aos principais centros econômicos e decisórios do país.

No interessante trabalho de Jorge Luiz Gomes Monteiro intitulado “Desmatamento na área de influência da BR-163”, a relação entre a dinâmica do mercado internacional e nacional e o desmatamento é fato. Numa periodização definida entre 1993 e 2004, o autor constata que as oscilações dos preços das *commodities* no mercado internacional explicam as retrações ou expansão do ritmo do desmatamento no norte mato-grossense, assim como, nos períodos de maior “instabilidade” política como eleição presidencial ou estadual.

O autor também salienta que o tratamento para o bioma amazônico é mais restritivo do que para o bioma do cerrado. Do campo político-jurídico, as normatizações em vigor na forma de lei precisam ser consideradas. Ele frisa que o cerrado já foi bastante alterado já que a sua incorporação se deu em um momento quando a legislação ambiental para esse bioma não era nem um pouco restritiva. Então, a política nacional de ocupação dos “espaços vazios” no que concerne às áreas de cerrado não possuía constrangimentos legais e, por isso, era maior o percentual em área dos estabelecimentos rurais que poderiam ser transformados em pastos ou em lavouras agrícolas (2006; 132-133).

Priorizando a jurisprudência federal, é sabido que um dos agravantes no processo de desmatamento é a forma de tributação da propriedade rural. O instrumento usado para evitar a especulação fundiária é o Imposto Territorial Rural (ITR) o qual incide na proporção do uso da terra. Desse modo, quanto maior for abrangência das atividades econômicas na área total da propriedade, menor a tributação. O sentido dessa jurisdição é atribuir um sentido social aos estabelecimentos rurais e afastar a possibilidade de especulação. Verifica-se, portanto, a legitimação jurídica da terra através da prática de derrubada generalizada das matas e florestas, salvo aquelas áreas de preservação compreendidas no estabelecimento. Outro exemplo é a medida provisória 2.166/96 estabelecida em decorrência do forte ritmo do desmatamento no bioma amazônico nos períodos 1993/1994, 1994/1995 e 1995/1996, sobretudo por causa do Plano Real

---

<sup>9</sup> Vale destacar que a mineração também possui sua contribuição graças aos grandes projetos orientados por firmas governamentais e/ou privadas, além do garimpo. Essa última, ao atrair grande soma de brasileiros das mais variadas procedências e de renda, realizavam o deflorestamento em larga escala seja nas margens dos córregos e rios como nos interflúvios.

(1994). O maior poder aquisitivo dos brasileiros nos dois três primeiros anos de vigência desse plano econômico ajuda a entender a expansão das atividades econômicas no recorte espacial em análise, tais como a criação de gado e a soja. Essa medida consiste em elevar a área de preservação dos ecossistemas amazônicos ao diminuir de 50% para 20% as áreas passíveis de deflorestamento nas propriedades rurais.

No momento da finalização desse texto, o atual governo discute a reedição dessa medida provisória. A porcentagem da área destinada à preservação e as exigências para o replantio para cada estabelecimento deverão sofrer modificações uma vez que a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico e Econômico do Território Nacional e uma Câmara Interministerial composta por 13 ministérios aprovaram a alteração da área destinada à reserva legal no entorno da BR-163 e da Rodovia Transamazônica (BR-230). Para sua efetivação, essa decisão terá que ser aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para depois se tornar um decreto presidencial

Portanto, se as normatizações são o resultado das mediações, cooptações, conflitos entre os distintos segmentos da sociedade civil e entre o Estado-governo, a validade e legitimidade no contexto da democracia se dá pela sua institucionalização. A participação da sociedade civil tem sido considerada em suas políticas públicas para as áreas ao longo da BR-163, principalmente na porção norte mato-grossense? Em que medida a “conciliação” entre as práticas econômicas extrativistas e a agricultura de subsistência com as atividades agropecuárias modernas tem sido atendida? Qual a concepção de desenvolvimento socioeconômico tem sido privilegiada na formulação de zoneamentos como o ecológico-econômico?

#### *A dinâmica do (re)ordenamento territorial.*

Denise Elias desenvolve a noção cidade do agronegócio. Essa noção, que precisa ser mais discutida por aqueles interessados no espaço agrário brasileiro, expressa uma qualificação mais específica para aqueles núcleos urbanos entrelaçados às atividades agrícolas modernas<sup>10</sup>. Ela sustenta que a realização da materialização das condições de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais se associam às crescentes demandas de produtos e serviços especializados das redes agroindustriais, estejam nessas cidades do agronegócio. E ainda acrescenta “[...] são aquelas cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções [...]” (2008; 61).

Isso sugere que a vida socioeconômica dessas cidades do agronegócio gira entorno dessas especializações produtivas do campo. Há um consumo de serviços e produtos vinculados diretamente à atividade agrícola propriamente dita; consumo consumptivo diversificado, embora de acordo com a faixa de renda (2008; 61); o mercado de trabalho urbano condicionado aos dissabores da conjuntura econômica; além de sua dinâmica social à mercê dos períodos de safra e entressafra<sup>11</sup>. Diante dessas características, os

---

<sup>10</sup> Milton Santos afirmou em várias de suas obras que todo arranjo territorial produtivo agrícola possui aglomerados urbanos ou cidades dentro de seus limites. Esses núcleos seriam nós fundamentais das próprias redes agroindustriais, locais de regulação e gestão das atividades vinculadas ao agronegócio no atual estágio da globalização (1994, 1996 e 2001).

<sup>11</sup> Osni Freira Filho em seu estudo rigoroso sobre a hierarquização urbana e a modernização da agricultura na porção norte do Mato Grosso afirma que esses núcleos urbanos não estão livres dos bolsões de pobreza. São áreas ou bairros cuja concentração de mão-de-obra pouco qualificada é muito expressiva. Em trabalho de campo realizado em janeiro de 2006, já tínhamos constatado que a informalidade e a

discursos políticos marcantes tanto dos prefeitos e vereadores como dos poderes Executivo e Legislativo estaduais é a otimização das atividades econômicas no campo para gerarem empregos e renda. Essa breve caracterização pode não se restringir exclusivamente à área em análise, mas problematiza a questão levantada, pois, em princípio, quaisquer medidas legais ligadas ao meio ambiente que criem constrangimentos à expansão dos investimentos produtivos diretos são correlacionadas à diminuição do número de empregos e renda no campo e, conseqüentemente, tanto direta ou indiretamente, nos núcleos urbanos do eixo Cuiabá-Santarém mato-grossense.

Vale destacar que a reeleição do governador Blairo Maggi, considerado um dos maiores produtores individuais de soja do mundo, e a maioria dos prefeitos eleitos ou reeleitos nas eleições de 2006 estão ligados de certa forma à sojicultura. Eles podem ser considerados vetores fundamentais para a consolidação desse modelo produtivo na atual década. Na esfera estadual e municipal, realizações políticas no território abarcam pavimentações de estradas vicinais que servem de elo entre as lavouras à BR-163 (BERNARDES, 2006; FORTUNA, 2006) e alterações na tributação dessas atividades se assim convier. A título de ilustração, podemos destacar que em seu governo, a pavimentação e manutenção das vias estaduais contam com a parceria público-privada graças ao consórcio<sup>12</sup> formado entre o próprio governo estadual, prefeituras e produtores rurais.

Sabemos que essas atividades agrícolas são altamente tecnificadas, uso de mão-de-obra é seletiva pelo critério da qualificação profissional, a presença de grandes grupos econômicos (*tradings*) é marcante e a produtividade e rentabilidade elevada. O grau dessa conseqüência negativa para emprego e renda de certa forma não pode ser descartada porque esse mercado ocupado por veterinários, contadores, engenheiros, agrônomos, administradores acabam “sustentando” outros serviços e ocupações, além do comércio, tais como jardineiros, porteiros, segurança privada, empregadas domésticas, diaristas. Nesse sentido, cabe indagar se a cidade do agronegócio por concentrar objetos geográficos repletos de conteúdo técnico-científico, por si só se “sustentam”, caso haja “crise” no mercado das *commodities*?

Nunca é demais lembrar que são várias as dificuldades apontadas para verificação das violações consoante à legislação ambiental em vigor, conforme pode ser verificado em vários depoimentos dos dirigentes do IBAMA e do próprio Ministério do Meio Ambiente. A falta de instrumentos e fiscais necessários para a fiscalização da Amazônia Legal como um todo são os grandes impeditivos. Aliás, diga-se de passagem, que o setor ocidental amazônico em território brasileiro permanece com baixo ritmo de desmatamentos por conta da inacessibilidade.

As condições sociais de grande parte dos grupos sociais residentes também é uma razão fundamental para a compreensão da ordem territorial. Muitas das atividades econômicas ocupadas por indivíduos com pouca ou nenhuma qualificação são responsáveis diretamente pelas alterações ambientais. Para eles, as opções de trabalho são muito restritas nas cidades do agronegócio o que acaba por engrossar as fileiras de pessoas que avançam a fronteira agropecuária em direção às áreas pouco transformadas.

---

desigual distribuição dos equipamentos e serviços urbanos eram significativos. Vale destacar que importantes cidades para o “agronegócio sojífero” nessa área em tela registravam um total populacional entre 35 e 80 mil habitantes para o ano de 2000, tais como Sorriso e Sinop (IBGE, 2001).

<sup>12</sup> Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB).

As serrarias também têm grande contribuição nesse processo. A prática da retirada de madeira de forma ilegal é uma constante. Posses e grileiros também agem livremente em diversos trechos da área em pesquisa e por extensão no Pará os quais ajudam a alargar a área em fronteira. Em seguida, em ritmo veloz, a estruturação fundiária em grandes propriedades é verificada por causa da valorização desse espaço<sup>13</sup>.

Diante desse contexto, o discurso desenvolvimentista conta tanto com as populações “dependentes” das cidades do agronegócio assim como a política econômica nacional em gerar superávits através da pauta de exportação brasileira. Segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CONAB), o agronegócio nacional foi responsável, em 2005, por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 38% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. No caso da soja, sua participação nas nossas exportações foi de 6,77% no ano de 2006.

Por outro lado, há resistências à pavimentação da BR-163 no Pará e no extremo norte mato-grossense em virtude do enorme potencial das atividades ligadas à cadeia carne - grãos se estabelecerem de maneira avassaladora nessas áreas. Todavia, desmistificando a crença de que não há resistências para as grandes empresas e produtores ligados ao agronegócio, o meio técnico-científico informacional potencializa outras forças (não necessariamente territorializadas na área de estudo). Essas podem contra-argumentar a maneira como o desenvolvimento agropecuário nesse território vem sendo realizado. Nesse sentido, as redes informacionais apresentam grande potencial e são capazes de mobilizarem grupos sociais e indivíduos dos mais variados pontos do globo, inclusive alcançando instâncias de caráter supranacional, cujo intuito seja pressionar o governo brasileiro para uma fiscalização das áreas que sofrem violações como as reservas indígenas ou áreas de proteção ambiental permanente ou modificações no código florestal.

A institucionalização das “contra-ordens territoriais” não será pela simples troca de informações, mas a sua disseminação cria essa oportunidade ao vencer a barreira das continuidades ou contigüidades espaciais. Os grupos socialmente “excluídos”, castanheiros, seringueiros ganham novas oportunidades a partir das novas redes de informação. Daí, consoante o raciocínio de Ruy Moreira (2001) a densidade do espaço não é o que pode ser medido pela quantidade de habitantes (o “vazio demográfico”), mas pela diversidade qualitativa do tecido espacial graças ao conteúdo técnico que aí se faz presente, além do econômico, cultural e político. A rica potencialidade das redes está na participação maior dos diversos grupos sociais na formulação de políticas do e para o território e na possibilidade de articulação aos grupos e entidades internacionais que apoiem sua causa.

### **Considerações finais.**

Antes de tudo, importante salientar que não temos o objetivo de esgotarmos a problemática nesse texto. Há muitas hipóteses a serem verificadas durante nosso estudo, mas vale apontarmos que o ordenamento do território é um processo que se faz

---

<sup>13</sup> Foi perceptível esse momento conforme visto em trabalho de campo realizado em 2006, nos municípios mato-grossenses de Carmem e Feliz Natal. A “limpeza” das áreas que acabaram de ser desmatadas era necessária para que os cuidados com o solo tivessem início. Esses cuidados tinham o intuito de criar lavouras para o plantio de soja.



necessariamente por práticas políticas no bojo da trama das relações de poder. Daí a sua definição diferir da expressão organização espacial (CORRÊA, 1991).

Algumas considerações de ordem teórica já foram possíveis para servirem ao nosso estudo ao retratarmos expansão das atividades econômicas modernas nas “franjas” dos ecossistemas amazônicos. Cabe aqui apontá-las:

- a) não buscamos atribuir uma relação direta (causa-efeito) entre a transformação dos ecossistemas e atividades humanas. Procuramos identificar e representar a correlação de forças políticas e, por extensão, econômicas que ensejam a expansão de atividades cuja incorporação de tecnologias é elevada;
- b) ao descrevermos o papel das políticas públicas, é necessário entendermos que o Estado-governo abrange tanto poderes institucionalizados (Legislativos, Executivo e Judiciário), quanto a organização político-administrativa cuja base territorial é distinta (municipal, estadual, nacional, etc.), além da interação daquele com os grupos sociais. Há uma trama de relações complexas que comprovam o entrelaçamento de grupos sociais, atividades ilegais e as diversas agências, superintendências e secretarias de Estado ao tratarmos de um recorte no território cuja dinâmica socioambiental não está circunscrita aos seus limites. Ademais, ao contrário, o norte matogrossense cortado pela rodovia BR-163 constitui-se por práticas sociais cujas intencionalidades emanam desde a escala extra-nacional até a escala local;
- c) Por ordenamento do território, no atual meio técnico-científico e informacional, entendemos o seu significado pelo caráter político, ou seja, é a materialidade espacial mediada entre gestores (do governo) e grupos da sociedade civil territorializados ou não em um recorte previamente definido; ordenamento não deve ser visto como fruto exclusivo de políticas públicas, muito menos os “detentores do Poder” (atores institucionalizados) como os únicos agentes a efetivarem ações no território por conta do domínio dos instrumentos mais sofisticados do aparato técnico-científico. Sendo assim, ordenamento territorial compreende a correlação de forças entre os diversos grupos sociais (sociedade civil) lícitos e ilícitos com o Estado-governo na constituição das materialidades que sustentam a organização do espaço geográfico. Como a perspectiva de análise são as práticas de poder sobre e no espaço, justificamos a escolha da expressão *ordenamento do território*. Entretanto, para que não tratemos de uma definição “parada no tempo”, sua concepção deve ser vista como *processo* e repleto de *contingências*. Nossa premissa é conceber ordenamento como algo apropriado e transformado pelos mais variados atores e agentes sociais, conforme seus desejos, anseios e necessidades, além de alterações imprevistas no decorrer das primeiras intervenções socioespaciais no seio das confrontações políticas.

Compreendemos que a forma de ocupação no eixo da BR-163, no norte do Mato Grosso e em extensão ao Pará requer políticas públicas específicas para garantir melhores condições sociais e práticas socioambientais no território sob a concepção da sustentabilidade. Para isso é precípuo compreendermos as relações e interações que envolvem os grupos e empresas e suas correspondentes práticas socioeconômicas (legais ou ilegais).

Enfim, os conflitos socioambientais na área em estudo possuem reverberações que não estão circunscritas às fronteiras nacionais, porém, antes de tudo, é uma questão da sociedade brasileira. O caminho até aqui trilhado nessa pesquisa nos convence de que não só fazer conhecer e respeitar a legislação brasileira garantirá a “floresta em pé”, mas também é fundamental a criação de políticas públicas que possam fazer proveito dos recursos amazônicos de forma menos degradante e revertida em trabalho, renda e em melhores condições de vida para os grupos sociais que aí se encontram.

#### Referências Bibliográficas:

BAKIS, H. (1993). *Les réseaux et leurs enjeux sociaux*. Paris: Presses Universitaires de France.

BERNARDES, Júlia. “As estratégias do capital no complexo da soja” IN: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.), *Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.

\_\_\_\_\_. “Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense”. IN: Bernardes, Júlia e Freire Filho, Osni. *Geografias da Soja: BR-163 – fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes. 2006, p. 13-38.

CONAB. *Relatório agrícola – 2005*. São Paulo: CONAB, 2006

EMBRAPA. [www.cnpso.embrapa.br](http://www.cnpso.embrapa.br). Acessado em 29/10/08.

FAULHABER, Priscila. “Amazônia, fronteira científica”. Belém: palestra proferida no Fórum Social – Belém. 05 de fevereiro de 2009.

FORTUNA, Denizart. *Circulação e territorialidade na construção do espaço sojífero matogrossense*. Niterói. Tese de mestrado/UFF. 2001.

\_\_\_\_\_. “Espaço-rede, produtividade e (re)ordenamento espacial: notas sobre as (re)interpretações dos “impactos” da rodovia BR-163 na porção norte matogrossense”. IN: Bernardes, Júlia e Freire Filho, Osni. *Geografias da Soja: BR-163 – fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes. 2006, p. 77-98.

FREIRE FILHO, Osni de Luna. “Hierarquia urbana e modernização da agricultura”. IN: Bernardes, Júlia e Freire Filho, Osni. *Geografias da Soja: BR-163 – fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes. 2006, p. 57-76.

HARVEY, David (1993). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IGEO, 2001

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. New York: Antropos, 1974.

MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. “Desmatamento na área de influência da BR-163”. IN: Bernardes, Júlia e Freire Filho, Osni. *Geografias da Soja: BR-163 – fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes. 2006, p. 115-136.

\_\_\_\_\_ (2001). “As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades”. *Geographia* 5 (1), Niterói, Ano 3 jan-jul, pp. 19-41.

MACHADO, Lia. *Sociedade urbana, inovação tecnológica e a nova geopolítica*. Rio de Janeiro: Cadernos do Laget, nº 5. Depto. De Geografia/UFRJ. 1995, p. 20-30.

\_\_\_\_\_. “A fronteira agrícola na Amazônia” IN: Becker, Bertha *et al.* (orgs.) *Geografia e meio ambiente*. São Paulo - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange. “A agricultura brasileira: questões e tendências” IN: SILVA, Solange (supervisão). *Brasil: uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, PP. 87-126.

SACK, Robert. *Human Territoriality – its Theory and History*. Cambridge. Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record. 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” in: Castro, I.; Gomes, P.; Corrêa, R. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1995.